

FIGUEIREDO, Marcus

Marcus Faria Figueiredo (1942-2014) foi pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj (Iesp-Uerj). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1971), com mestrado em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1975) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1989), atuou como coordenador do Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública - DOXA, (IESP-UERJ) e foi pioneiro no campo de estudos sobre mídia, eleições, propaganda política e comportamento eleitoral.

[A republicação do material abaixo foi autorizada pela editora da UFMG e por Argelina Cheibub no que tange à introdução do livro "A decisão do voto", e por Wanderley Guilherme dos Santos, no que respeita a seus dois prefácios]

A decisão do voto

[The vote decision]

Introdução de "A decisão do voto" de Marcus Figueiredo, e prefácios de Wanderley Guilherme dos Santos.

[Introduction to "The vote decision", by Marcus Figueiredo, and forewords by Wanderley Guilherme dos Santos.]

A decisão do voto

[The vote decision]

FIGUEIREDO, Marcus

Prefácio da primeira edição

Creio que a primeira qualidade do livro de Marcus Figueiredo é a clareza didática. Com a paciência de experimentado professor de estatística e metodologia em programas de pós-graduação, matérias invariavelmente antipáticas para a maioria dos estudantes, o autor elabora passo a passo os argumentos relevantes e ilustra-os de maneira sempre esclarecedora, tornado evidente a que tipo de indagações os argumentos respondem e a que tipos de objeções são vulneráveis. Destaco como evidência dessa avaliação, os três capítulos que compõem a primeira parte do volume: "Teorias de Explicação do Voto: Uma Revisão Crítica".

206

Menciona ainda como segunda qualidade: a impecável lisura com que Marcus Figueiredo apresenta as teses e evidências de escolas das quais diverge; sem tentar enfraquecer os adversários intelectuais, antes apontando a abrangência plausibilidade de seus argumentos. Trata-se aqui, menos de didática do que de pedagogia fundamental. Em controvérsias acadêmicas, não importa somente expor de maneira clara o pensamento alheio, mas sobretudo expô-lo com prioridade. E outra vez me refiro, com evidência, à mesma primeira parte do volume.

Da terceira qualidade que desejo acentuar falo um pouco intimidado. Diz-se que os prefácios dos livros de ciências sociais são sempre elogiosos e isto é bastante verdadeiro. Mas estranho seria se não o fossem, pois, via de regra, pessoas com um mínimo de bons modos, só aceitam prefaciá-los de que gostam. Ainda com que eles não concordem inteiramente. Admiro e reivindico portanto que o prefácio é o lugar das razões de elogio, Note-se bem: Não é lugar de elogio simplesmente, mas das razões do elogio. Já anunciei duas e anunciei uma terceira, à qual passo.

Ao cabo de muita leitura, reflexão e explorações estatísticas de dados reais o autor produziu um estudo que faz com que pelo menos uma

das áreas típicas da Ciência Política – o estudo de comportamento eleitoral – se ajuste aos padrões internacionais contemporâneos da disciplina. A difusão dos pressupostos epistemológicos do modelo de *Rational Choice*, além de sua estrutura técnica (cap.5) a apresentação persuasiva do paradoxo do voto, por que alguém se dispõe a votar quando sua possibilidade de influenciar o resultado é ridiculamente ínfima? - (cap.4), a engenhosa proposta de solução que seria anticlimático revelar aqui (cap.6), e o teor da proposta no estudo de um caso brasileiro (cap.7), compõem um conjunto de capítulos sem paralelo na produção docente de politicólogos brasileiros. Não se está aqui diante de ciência somente para brasileiro ver, mas para americanos, ingleses e nórdicos também apreciarem.

Termino com mais uma razão para os elogios. Não é trivial convencer as pessoas de que certas questões não constituem apenas pedantismo de professores universitários, mas remetem às justificativas mais básicas para o modo de vida que desejamos. Assim ocorre com o paradoxo do voto. Quem aceitaria de pronto que sendo o valor de um voto igual a um tamanho do eleitorado seja. Do Brasil, qualquer coisa próxima do zero, lá pela sétima casa decimal – então, sendo esse o valor, ou bem se demonstra que racional ainda assim votar, ou a defesa das liberdades políticas, tese puramente ritualística. Quem aceitaria sem boa lógica que assim é? Enquanto algum recém-convertido autoritário não desmontar argumentos de Marcus Figueiredo, neste volume fica estabelecida a democracia, além de bela está do lado da sanidade. Belo livro, sem dúvida.

207

Rio de Janeiro, março de 1991
Wanderley Guilherme dos Santos

Prefácio da segunda edição

Nada tenho a alterar no prefácio que fiz para a primeira edição de “A decisão do voto”, de Marcus Figueiredo. Cabe agora o registro, 17 anos transcorridos, de que a exemplaridade então atribuída ao volume se confirmou: a abordagem conhecida como “escolha racional” estabeleceu-se como legítima e profícua opção teórica e metodológica nas análises de fenômenos políticos. A já longínqua reclamação de que contrariava o senso comum a esquizofrênica divisão entre a racionalidade do homem econômico e a do homem político, expressa por James Buchanan e Gordon Tullock, em *The Calculus of Consent* (publicado originalmente em 1962), foi superada. Despida da radicalidade às vezes ingênua da suposta racionalidade econômica, a racionalidade de que é dotado o comportamento político sustenta a pretensão de tornar a análise sistemática algo bem mais sério do que o retórico dandismo intelectual que se faz passar por teoria. A contribuição de Marcus Figueiredo foi decisiva na inauguração de novo período nos estudos brasileiros sobre a ação política. O reconhecimento de seus colegas ao conferir-lhe o prêmio de melhor tese de doutoramento é agora reafirmado por esta nova edição. O tempo desenhou o lugar reservado para *A decisão do voto*, de Marcus Figueiredo, na estante dos livros indispensáveis à formação dos estudiosos nacionais.

208

Rio de Janeiro, julho de 2008
Wanderlei Guilherme dos Santos

Introdução

“O Homem é o sujeito da história”
(Marx)

“Às vezes o curso dos acontecimentos é tão arbitrário como os planos dos homens; sem a dúvida esta é a razão por que nós usualmente culpamos o acaso por qualquer coisa que não acontece como esperávamos.”
(Péricles. Suppes, 1984:11.)

“[...] os homens fazem a história mas não sabem que a história fazem.”
(Furet, 1986:22)

209

Por que as pessoas se dão ao trabalho enfrentar uma fila para dar seu voto a um candidato, se o voto de cada uma delas vale quase nada no cômputo geral? Para sermos exatos, cada voto, numa eleição presidencial, no Brasil de hoje, vale exatamente $1/(\text{total do eleitorado})$, isto é, aproximadamente 0,000000166%. Nas demais eleições, para governadores, prefeitos e cargos legislativos em geral, em qualquer município ou estado, o voto de qualquer cidadão tem, no máximo, um peso de um milionésimo na determinação do resultado final. Este é o poder do voto de um cidadão. Isto equivale a dizer que, se um indivíduo deixar de votar, sua ausência virtualmente não altera o resultado. Da mesma forma, segundo esta concepção, se um indivíduo votar em um candidato ou em outro, sua escolha não mudará em nada a classificação final de candidatos.

No entanto, eu, você e outros milhões de eleitores temos sistematicamente comparecido às seções eleitorais e votado em alguns candidatos. Por quê? Não é irracional, por definição, realizar uma ação cujo efeito é, *ex ante*, virtualmente nulo? Entretanto, (eu) não me considero estúpido. Da mesma forma, os que estão lendo este livro e os outros milhões de eleitores que normalmente se deslocam para votar também não se consideram estúpidos e irracionais por irem votar e optarem por um ou outro candidato.

Se o meu ato de votar tem efeito nulo, e eu insisto em realizá-lo, das duas uma: ou bem eu vivo a *ilusão* de que aquele ato tem um efeito decisivo, ou *de fato* o efeito do meu ato não é nulo.

De qualquer forma, o fato de milhões de pessoas comparecerem regularmente às urnas e votarem em algum candidato simplesmente nos diz que estamos diante de um fenômeno social que

aparentemente é inexplicável por critérios de racionalidade individual. A compulsoriedade do voto, onde ela existe, certamente afeta a taxa de comparecimento eleitoral, pois a sua não-observância implica punição. E, por razões econômicas, muitos procuram evitar as punições previstas na lei. Entretanto, este é um elemento empírico e não resolve logicamente o problema: o voto de um eleitor não se torna decisivo porque esse eleitor compareceu à votação movido pela intenção de evitar punição. Qualquer teoria que pretenda ser robusta não deve introduzir elementos contingentes para resolver suas fraquezas lógicas.

Se, por uma extraordinária coincidência, *todos os eleitores* viessem a agir sustentados pelo cálculo de que os seus atos isolados têm efeito virtualmente nulo no resultado eleitoral, a taxa de comparecimento seria realmente igual a zero. Por este raciocínio, nem mesmo os candidatos compareceriam, já que, como eleitores, o voto de cada um deles também valeria igualmente a nada. No entanto, isto não ocorre, e as pessoas têm participado e continuarão a participar — umas mais, outras menos. Este é o paradoxo da participação, colocado pela teoria política contemporânea.

Por que as pessoas participam? Obter uma resposta a esta pergunta, compreender as razões que levam milhões a participar, é tornar inteligível a mensagem política transmitida através do voto popular. Este é o objetivo deste livro: encontrar uma teoria que resolva o paradoxo da participação.

O estudo do comportamento eleitoral como tema da Ciência Política contemporânea compõe-se, hoje, de um acervo extraordinário. Há aproximadamente quatro décadas cientistas sociais pesquisam e estudam este aspecto do comportamento humano, nos mais variados contextos sociais e políticos, usando diferentes fontes e metodologias. O resultado deste esforço pode ser condensado em quatro grandes linhas de investigação:

1. “Teoria psicológica” de explicação do comportamento político, difundida na literatura como “modelo Michigan”, em alusão ao grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan que desenvolveu esse modelo;
2. Modelo de explicações histórico-contextual, que se desdobra em “teorias sociológicas e economicistas”, com matizes epistemológicos variados, que muitas vezes competem entre si;
3. “Teoria da escolha racional”, que tem por base o modelo *downsiano*, em alusão ao seu criador, Anthony Downs;
4. Uma linha (residual) de investigação que pode ser chamada de “modelo demográfico-descritivo” do comportamento político.

Poder-se-ia agregar a esta lista uma quinta linha de investigação: os estudos da geografia eleitoral. Entretanto, os estudos nesta perspectiva são esparsos e não chegam a constituir um corpo teórico consolidado de explicação do comportamento político. Em sua maioria, as investigações da geografia eleitoral ficam bem acomodadas sob o “guarda-chuva” dos modelos demográfico-descriptivos.

As quatro teorias apontadas, que serão objeto de uma avaliação crítica neste livro, competem pela explicação de um mesmo fenômeno social: a decisão de milhões de indivíduos de participar do evento "votar" e da direção do voto. A pergunta genérica que está na base dos modelos explicativos pode ser posta da seguinte forma: por que as pessoas vão votar e por que dão o seu voto para este ou aquele candidato ou partido?

A busca de respostas a estas questões converge para a tentativa de desvendar as mais escondidas motivações que os eleitores têm ao participar (ou não) deste extraordinário fenômeno social do século XX: o de constituir e eleger representantes-governantes por meio do ato singelo de indicar, em um pedaço de papel, alguns nomes e siglas partidárias. Por este mecanismo, milhões de pessoas transferem uma parcela significativa de seu poder pessoal e delegam a poucos a autoridade de decidir e dizer o que é melhor para cada uma.

211

O voto apurado tem dois significados. Por um lado, ele é uma unidade que entrará na contabilidade do total destinado a um candidato ou a um partido que, por meio de uma regra, se traduz em uma cadeira no Parlamento, ou no direito de alguém ser empossado em uma governadoria. Por outro lado, esse mesmo voto traz embutida uma declaração de vontade, de aspiração ou desejo de ver realizar-se alguma coisa.

A instituição social que se chama eleição é um ritual regularmente repetido, que termina com a contabilização de votos. No entanto, a contagem dos votos é o final de um longo processo social e, ao mesmo tempo, a revelação dos projetos sociais escolhidos pela população. Os diversos modelos de explicação deste fenômeno competem entre si exatamente ao tentar reconstruir o processo social que levou a um dado resultado eleitoral, e tentar também explicar por que ocorreu exatamente uma dada distribuição das vontades políticas e não outra.

O entendimento diferenciado dos processos sociais, dos mecanismos que unem, dispersam ou promovem conflito entre os indivíduos, sugere que diferentes perguntas acerca das motivações que há por trás do voto produzem maneiras também distintas de olhar o comportamento do eleitorado e explicações teóricas divergentes para o comportamento político. Estas divergências são, na verdade,

profundas: tais teorias assumem diferentes premissas a respeito de como a vida social é organizada, e como, casualmente, os diversos mecanismos sociais produzem a história.

Os indivíduos, eleitores ou não, são simultaneamente trabalhadores, proprietários, moradores, consumidores, contribuintes, têm preferências religiosas, uma etnia e outros atributos. Ao longo da vida os indivíduos adquirem algum sistema de crença, formam uma visão do mundo em que vivem e esboçam, ainda que rudimentarmente, uma ideologia. Cada indivíduo olhado isoladamente é depositário de um conjunto destes ingredientes. Cada indivíduo ao nascer tem uma probabilidade, historicamente estimável, associada a diferentes subconjuntos de atributos sociais, que em maior ou menor grau condicionam as suas chances e oportunidades sociais.

Quando os indivíduos são chamados a optar politicamente através do voto, toda sua história social contribui para sua decisão: primeiro, decidem se participam ou não do ato de votar; em seguida, decidem para quem darão seu voto. Isto pode ocorrer, inclusive, na ordem inversa.

Os principais modelos explicativos do comportamento político concebem de maneira distinta a organização da vida social. Essa organização, por sua vez, é vista como produto de maneira pela qual os indivíduos interagem ente si e com o mundo à sua volta. Ou seja, a vida social, na sua totalidade, é uma decorrência lógica de *como* certos subconjuntos de atributos sociais *condicionam* o comportamento de indivíduos e de grupos.

A divergência entre aquelas teorias está precisamente no estabelecimento das precedências e na ordenação lógica dos condicionantes do comportamento humano: todas estas teorias, fundamentalmente, reconhecem que os indivíduos desenvolvem estruturas de personalidade (e psíquicas) ao longo de suas vidas; que são racionais, diferentemente dos demais animais; e que estão situados em determinada posição na estrutura social. Ademais, reconhecem que os indivíduos têm crenças, desejos, vontades, paixões, ódios e ideologias. Para cada modelo de explicação do comportamento político, o homem é exatamente o mesmo. O objeto de investigação destas teorias também é o mesmo – tentar responder por que as preferências políticas reveladas por meio do voto se formaram e foram canalizadas em determinada direção partidária. A disputa teórica ocorre em relação à fonte originária que leva à decisão do voto:

Explicar o voto (...) é o mesmo que revelar como variadas motivações e percepções se agregam na opção por um candidato. (...) Neste sentido, adquire particular relevo o estudo das semelhanças ou

diferenças no comportamento de distintas camadas sociais, pois é na acentuação ou na neutralização das propensões destas que se encontra quase sempre o cerne de uma estratégia eleitoral (LAMOUNIER, 1978:14, grifo no original).

Esta proposição definitiva contempla os ingredientes relevantes que compõem o processo decisório dos eleitores: as propensões e as motivações individuais para a ação política, socialmente condicionadas. As divergências teóricas e epistemológicas entre os diversos modelos explicativos, como veremos, estão na identificação das origens das propensões e das motivações para a ação política.

Para os adeptos do modelo psicológico do grupo de Michigan, uma vez estimulados, os campos individuais de atitudes, formados pela socialização política, motivam os indivíduos para a ação. Para a escola sociológica, a posição de classe na estrutura social, ou a integração a outro tipo de agrupamento, engendra, por meio da interação social, propensões que podem ou não ser estimuladas pelo embate político, os quais, por sua vez, orientam o caminho a ser seguido. Seguidores da tradição racionalista identificam a estrutura da situação decisória em que o eleitor está envolvido com o mecanismo social originário, que deixa fluir ou altera as propensões socialmente condicionadas.

213

Divergências irreconciliáveis entre estes modelos surgem, além do mais, ao enunciar a lei causal que descreve o processo que liga a *motivação* para a ação política com a ação observada, ou previsível. Parte desta divergência provém da avaliação de qual é a fonte empírica para a compreensão dos fenômenos sociais. Como veremos neste livro, psicologistas e racionalistas sustentam que só é possível compreender o porquê das ações coletivas pela compreensão das razões individuais que levam à ação. Nesta linha, as correlações ecológicas observadas não são a fonte originária da explicação, mas sim o objeto de investigação. São elas que precisam ser explicadas.

Ao adotarem a lógica inferencial do individualismo metodológico, psicologistas e racionalistas admitem que o fluxo da causalidade social se dá do indivíduo para os resultados agregados: ações coletivas somente serão compreensíveis a partir das razões individuais agregadas pelos indivíduos. Contrariamente, os sociologistas, notadamente sob a influência de Marx, usam a lógica inferencial do "coletivismo" metodológico: sujeitos sociais e políticos coletivos assumem relativa autonomia e passam a ter razões coletivas que constituirão a fonte para a compreensão dos resultados sociais agregados.

A disputa entre estas duas lógicas inferenciais e entre os fundamentos das razões humanas que motivam para a ação está

ainda longe de uma conciliação, se é que isto será possível (Harsanyi, 1969; Przeworski, 1988; Elster, 1986b).

A minha intenção aqui é examinar os fundamentos daquelas teorias, pois aí reside a base para o entendimento do fenômeno de participação eleitoral. Isto feito, tentarei demonstrar que *a decisão individual de abster-se ou participar como eleitor tem um fundamento racional*, dissolvendo, com isto, o paradoxo da participação.

Este livro está dividido em duas partes. Na primeira — "Teorias de explicação do voto: uma revisão crítica" —, examinarei as teorias psicológicas da participação e as teorias histórico-contextuais, em suas versões sociológica e economicista. Na segunda — "Escolha racional e participação eleitoral" —, abordarei criticamente a teoria da eficiência do voto fundada em Anthony Downs; com base nessa crítica, demonstro que a teoria racional oferece um modelo de explicação da participação eleitoral que pode resolver o paradoxo da participação.

A Parte 1 está dividida em três capítulos. No primeiro, apresentarei os fundamentos lógicos da teoria psicológica do comportamento eleitoral, seu modelo explicativo, sua capacidade preditiva e suas principais descobertas. Em seguida, nos Capítulos 2 e 3, avaliarei os modelos histórico-contextuais com os mesmos objetivos, destacando as versões sociológicas e economicista.

O modelo de explicação economicista, como veremos no capítulo 3, funda-se na tradição racionalista, mas preserva algumas influências da psicologia e da sociologia da ação coletiva, sugerindo a precedência das variáveis econômicas na geração do fluxo de causalidade social que explica os fenômenos eleitorais. Para as teorias histórico-contextuais, os acontecimentos eleitorais são parte da história social de uma dada sociedade e, como tal, só podem ser explicados se compreendidos historicamente. O comportamento futuro dos indivíduos é produto de experiências sociais vividas objetivamente em contextos e situações específicas, e não produto de sua história psicológica.

O elo entre sociólogos e economistas na interpretação do comportamento eleitoral ocorre em dois planos. Primeiro, ambos dão precedência explicativa às experiências sociais objetivas do indivíduo: posição na estrutura social, localização geográfica, situações sociais abrangentes, regras de exercício da política, natureza e ideologia das organizações sociais, natureza das interações sociais etc. Em segundo lugar, sociólogos e economistas do voto acreditam que os padrões de distribuição da participação eleitoral são o resultado final de um complexo processo social.

A divisão destas teorias em dois blocos não é acidental. A tradição sociológica trabalha fundamentalmente com variáveis sociológicas, e a tradição economicista com variáveis econômicas. Para os primeiros, classe social, *status*, posição e mobilidade social, identidades culturais e geográficas e consciência de classe de um lado, e de outro, formação, natureza e dinâmica do sistema partidário, compõem o cenário onde se observa o fenômeno eleitoral e se busca a explicação da participação política e da direção do voto. Para a tradição economicista, a participação política é função do estado de bem-estar dos indivíduos ou grupos. Para essa linha de investigação, a relação entre os indivíduos e a política se dá por meio da economia.

A Parte 2 está dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, o Capítulo 4, examino a teoria econômica do voto, tal como formulada por Anthony Downs, e posteriormente desdobrada. Esta teoria e suas ramificações deram origem à formulação do "Paradoxo da Participação". Na segunda parte desse capítulo mostro que as teorias do Dever Cívico e do Determinismo Social em nada contribuem para a solução deste dilema; no último item inicio a busca de uma explicação racional para o comportamento eleitoral. No Capítulo 5, formulo os fundamentos lógicos para uma teoria da escolha racional aplicada a uma situação de decisão eleitoral. No Capítulo 6, reexaminoo criticamente os critérios de decisão racional da teoria da eficiência do voto para, em seguida, apresentar as condições que, a meu ver, fundamentam a racionalidade da participação política, especialmente para o comportamento eleitoral. A partir daí, examino a capacidade explicativa e preditiva dessa teoria.

É minha intenção, na Parte 2, demonstrar que a participação político-eleitoral funda-se em uma motivação racional e que a situação paradoxal posta pela teoria da eficácia do voto individual é apenas *prima facie* relevante. A solução para o *paradoxo da participação eleitoral* não está na junção *ad hoc* da teoria do Dever Cívico ou do Determinismo Social, tentado por alguns. Isto, nas palavras de Jon Elster, seria esquizofrenia teórica (1986b).

Para estabelecer o meu objetivo, devo adiantar que a solução da situação paradoxal do eleitor está em demonstrar que o poder discricionário do voto de um indivíduo, examinado dentro da dinâmica do processo eleitoral, transforma-se da ordem de $1/N$ para a ordem de $n+1/N$. Nesse sentido, é suficiente demonstrar porque é racional para o enésimo mais 1 eleitor participar, para que a decisão de participar dos restantes enésimos eleitores, por analogia, seja também racional.

De posse de uma teoria racional da participação eleitoral, mostrarei no Capítulo 7, por simulação e com um exemplo empírico, que as hipóteses sugeridas por esta teoria sobre a fonte causal da flutuação

da taxa de participação eleitoral e da volatilidade do eleitorado são operacionalizáveis e falsificáveis.

Finalmente, no último capítulo, faço algumas considerações conclusivas sobre política, comportamento estratégico e o ato de votar em democracias eleitorais.

Afinal, o ato de participar e votar em alguém se funda numa ilusão ou de fato temos uma razão, qual razão, para praticá-lo? É esta pergunta que motivou esta investigação. Vejamos!

216



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Presidente: Alessandra Aldé (UERJ)
Vice-Presidente: Luís Felipe Miguel (UnB)
Secretário Executivo: Francisco Jamil Marques (UFC)

Editora-Chefe:
Alessandra Aldé (UERJ)

Editores Executivos:
Edna Miola (UFS) e Viktor Chagas (UFF)

Editores Assistentes:
Eleonora Magalhães (UFF) e Fernanda Sanglard (UERJ)

Revisora: Fernanda Sanglard (UERJ)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Com periodicidade semestral, sua proposta é difundir a produção acadêmica relacionada às interfaces desses campos de estudo.

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto, Introdução*. In: **Revista Compolítica**, n. 4, vol. 1, ed. janeiro-julho, ano 2014. Rio de Janeiro: Compolítica, 2014.

